

Lei n.º 320/2022.

Ementa: Estabelece o adicional de insalubridade a ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias e dá outras providências.

Luciano Torres Martins, Prefeito Municipal de Ingazeira, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e eu **SANCIONO** o seguinte Ato Normativo:

Art. 1º. Fica criado o adicional de insalubridade a ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias que estiverem no exercício das atribuições do cargo, enquanto permanecer a exposição a agentes nocivos à saúde.

Art. 2º. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias afastado das atividades, não fará jus ao recebimento do adicional de insalubridade, exceto quando afastado por motivo de férias, licença-saúde de até seis meses e licença maternidade.

Art. 3º. O adicional de insalubridade constitui base de cálculo da contribuição previdenciária.

Art. 4º. Ao Agente Comunitário de Saúde será devido o adicional de insalubridade correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento base, a partir do mês subsequente à vigência desta Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei serão custeadas pela dotação orçamentária destinada ao pagamento do pessoal civil, para o exercício 2022 e seguintes.

Art. 6º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 11 de agosto de 2022.



LUCIANO TORRES MARTINS
Prefeito

